

## PROJETO DE EMENDA AO REGIMENTO INTERNO

### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 002/2021

#### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores apresenta o Projeto de Resolução nº 002/2021 que trata de alterações no Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Santo Antônio do Planalto. Devido à realização de alterações junto à Lei Orgânica Municipal, se faz necessário a alteração regimental a fim de manter as normas em consonância, evitando conflito destas.

Ainda, fazem parte das alterações dispostas no respectivo projeto de Resolução, matérias de organização interna da casa, a qual visa melhor adequar o desenvolvimento dos trabalhos, buscando ainda uma nova redação mais moderna, atualizada e adequada.

Adotou-se ainda um procedimento mais amplo e moderno com relação à tramitação de matérias orçamentárias, buscando assim fortalecer o debate, dando ênfase à participação popular e garantindo o exercício da democracia, respeitando sempre a Constituição Federal.

Assim sendo vimos solicitar a Aprovação do presente Projeto de Resolução que visa a alteração regimental, nos termos da legislação em vigor.

Santo Antônio do Planalto, 23 de agosto de 2021.



Leonel Adler  
Presidente

PROJETO DE RESOLUÇÃO 2, DE 16 DE AGOSTO DE 2021.  
(Autoria: Mesa Diretora)

Altera a redação do *caput* do art. 8º; altera a redação do inciso III do Art. 82; inclui o § 3º ao Art. 115; altera o Capítulo II do Título VII inclui os Arts. 143-A ao 143-Q; inclui os Parágrafos 2º ao 4º do Art. 160; inclui o Capítulo IV ao Título IX, que dispõe sobre a Ouvidoria Legislativa, com os arts. 170-A e 170-B do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Santo Antônio do Planalto.

Art. 1º O art. 8º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º A Sessão Legislativa Anual compreenderá o período de 1º de fevereiro a 31 de dezembro. (NR)”

Art. 2º O inciso III do Art. 82 passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 8º .....

.....

III – Comunicações: terá a duração máxima de cinquenta minutos divididos entre os Vereadores, com tempo não superior a dez minutos por Vereador;

.....” (NR)

Art. 3º Acrescenta o § 3º ao Art. 115, com a seguinte redação:

“Art. 115. ....

.....

§ 3º Quando realizado pedido de vista durante reunião de qualquer das comissões o respectivo pedido será lido no expediente. (NR)”

Art. 4º Acrescenta os §§ 2º, 3º e 4º ao Art. 160, com as seguintes redações:

“Art. 169. ....

.....

§ 2º Concluída a exposição dos convocados observada a ordem dos itens formulados e, para cada item, a ordem de inscrição dos Vereadores assegurada sempre a preferência ao autor do item em debate.

§ 3º O Vereador terá três minutos para formular perguntas sobre o temário, excluindo o tempo das respostas, que poderão ser dadas uma a uma ou, ao final, todas.

§ 4º As perguntas deverão ser objetivas e sucintas, sendo vedado qualquer comentário posterior.” (NR)

Art. 5º Altera o Capítulo II do Título VII e inclui os arts. 143-A ao 143-Q, com as seguintes redações:

“CAPÍTULO II  
DAS TRAMITAÇÃO DE MATÉRIAS SUJEITAS A RITO  
ESPECIAL  
Seção I  
Dos Projetos de lei de Orçamentos  
Subseção I  
Da Análise Preliminar

Art. 142. Recebido o projeto de lei relativo ao orçamento anual, o Presidente da Câmara:

I – determinará:

- a) a comunicação no Expediente da Sessão Plenária subsequente;
- b) a publicação e respectiva divulgação, por meios eletrônicos, de seu conteúdo, incluídos os anexos;

II – distribuirá, por meios eletrônicos, cópia do projeto, com os anexos, aos Vereadores;

III – encaminhará para a Comissão de Orçamento Finanças e Tributação, para instrução.

§ 1º Para os fins desta Seção, considera-se como projetos de lei de orçamentos, os projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, bem como de projetos de lei que os alterem.

§ 2º Os procedimentos previstos para o projeto de lei do orçamento anual, aplicam-se, no que couber, aos demais projetos de lei referidos no § 1º deste artigo.

§ 3º Os projetos de lei de que trata este artigo serão Discutidos e Votados em turno único.

§ 4º Subsidiariamente, naquilo que esta Seção não dispuser, serão aplicadas as normas deste Regimento Interno observáveis para o processo legislativo ordinário. (NR)

Art. 143. A Comissão de Orçamento Finanças e Tributação, ao receber o processo do projeto de lei do orçamento anual, elaborará parecer preliminar, quanto à forma e documentos que o acompanham, fundamentando as inconformidades verificadas.

§ 1º O presidente da Comissão de Orçamento Finanças e Tributação designará, na forma do Regimento Interno, dentre seus

membros, um Vereador para exercer a relatoria e apresentar os votos-base do parecer preliminar e do parecer final.

§ 2º Havendo inconsistência técnica ou ausência de documentação exigida em lei, a Comissão de Orçamento Finanças e Tributação, mediante disponibilização de parecer preliminar, informará o Presidente da Câmara, para que este realize diligência, junto ao Poder Executivo, para que, no prazo de cinco dias, complemente o projeto de lei, o retifique ou apresente as respectivas justificativas.

§ 3º Decorrido esse prazo, sem a manifestação do Poder Executivo, o projeto seguirá sua tramitação legislativa, com o exame definitivo das inconsistências apontadas no parecer preliminar, quando da deliberação, na Comissão de Orçamento Finanças e Tributação, do parecer final. (NR)

## **Subseção II**

### **Da Instrução dos Projetos de Lei dos Orçamentos**

Art. 143A. A Comissão de Orçamento Finanças e Tributação elaborará a agenda de instrução do projeto de lei do orçamento anual, com o seguinte cronograma:

I – dias de início e fim do período de realização das audiências públicas;

II – dias de início e fim do período de recebimento de sugestões populares;

III – dias de início e fim do período de manifestação de vereadores e de bancadas sobre a intenção de apresentarem emendas impositivas;

IV – dias de início e fim do período para apresentação de emendas individuais;

V – dias de início e fim do período de análise da viabilidade técnica das emendas impositivas;

VI – dias de início e fim do período de reapresentação de emendas, caso as emendas impositivas não cumpram com os requisitos técnicos exigidos;

VII – dias de início e fim da apresentação do parecer final, com a análise do conteúdo, das emendas e das sugestões populares.

§ 1º O valor da Receita Corrente Líquida, para efeitos de emendas impositivas, e o valor individualmente permitido a cada vereador e a cada bancada, será divulgado junto com a agenda de instrução de que trata o caput deste artigo.

§ 2º O Presidente da Comissão de Orçamento Finanças e Tributação encaminhará a agenda de instrução ao Presidente da Câmara, que a divulgará por meios eletrônicos, sem prejuízo da divulgação das audiências públicas.

Art. 143-B A Comissão de Orçamento Finanças e Tributação, por seu Presidente, providenciará a organização e a metodologia de audiência pública e as formas de participação popular, em cumprimento art. 48 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 1º No caso deste artigo, poderá ser feita mais de uma audiência pública, a critério da Comissão de Orçamento Finanças e Tributação, inclusive fora da sede da Câmara Municipal.

§ 2º O prazo para a participação popular e entrega de sugestões a serem incluídas no projeto de lei do orçamento anual será de setenta e duas horas, após a data da última audiência pública de que trata este artigo.

§ 3º A Câmara Municipal disponibilizará formulário-padrão eletrônico, em seu site, para preenchimento, por vereador, para fins

de emenda, ou por cidadão ou por organização da sociedade civil, para fins de sugestão popular, de conteúdo a ser inserido no projeto de lei do orçamento anual.

§ 4º Se o conteúdo da sugestão popular, de que trata o § 3º deste artigo, for tecnicamente viável, caberá, à Comissão de Orçamento Finanças e Tributação, ajustá-lo ao projeto de lei do orçamento anual, processando-a como emenda de relatoria, com registro da origem.

§ 5º A Presidência da Câmara Municipal, quanto à audiência pública e à participação popular de que trata este artigo, nos termos solicitados pela Presidência da Comissão de Orçamento Finanças e Tributação:

- I - assegurará suporte logístico, administrativo e operacional;
- II – proporá, à Mesa, projeto de resolução de Mesa, para disciplinar a metodologia, a forma, os apoios e as vias de convocação, divulgação e suporte tecnológico.

### **Subseção III**

#### **Da Emenda Orçamentária**

Art. 143C. A emenda ao projeto de lei do plano plurianual será rejeitada quando:

- I - desatenda à regulamentação local sobre os programas de governo;
- II - não se coadune com os objetivos dos planos municipais já estabelecidos por leis específicas do município;
- III - crie programa de governo sem a identificação dos elementos necessários a sua caracterização;
- IV - afete o cumprimento de contratos e obrigações já assumidas;

V - refira-se a despesas com pessoal ou serviço da dívida sem que seja para corrigir erro ou omissão;

VI - refira-se à receita, sem que seja para corrigir erro ou omissão;

VII - afete o cumprimento constitucional em relação à aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS);

VIII - afete as metas fiscais de resultado nominal e primário já estabelecidas;

IX - diga respeito a recursos vinculados, sem a observância dos respectivos vínculos;

X - não indique os respectivos e necessários recursos, sendo admitidos apenas os provenientes de anulação de valores;

XI - seja incompleta, deixando de indicar os elementos mínimos constantes na estimativa da receita ou das programações dos programas de governo.

Art. 143D. A emenda ao projeto de lei diretrizes orçamentárias será rejeitada quando:

I - desatender o disposto neste Regimento Interno;

II - deixar de guardar compatibilidade com a Lei do Plano Plurianual do município;

Art. 143E. A emenda ao projeto de lei do projeto de lei do orçamento anual será rejeitada quando:

I – desatender o disposto neste Regimento Interno;

II - deixe de guardar compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias do município;

III - seja incompleta, deixando de indicar as classificações de receita e de despesa previstas no projeto recebido pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. No caso de emenda impositiva individual ou de bancada, o seu recebimento fica condicionado ao atendimento das condições definidas no art. 143-G deste Regimento Interno.

#### **Subseção IV**

#### **Da Emenda Orçamentária Impositiva**

Art. 143F. A emenda impositiva ao projeto de lei do orçamento anual deve ser entregue individualmente ou por bancada e somente pode ser apresentada na Comissão de Orçamento Finanças e Tributação, no prazo indicado, para este fim, na agenda de instrução, de que trata o art. 143-A deste Regimento Interno.

Parágrafo único. A emenda impositiva de que trata este artigo deve observar subsidiariamente:

- I - quando individual, as normas da Emenda Constitucional nº 86, de 17 de março de 2015;
- II – quando de bancada, as normas da Emenda Constitucional nº 100, de 26 de junho de 2019.

Art. 143G. A Comissão de Orçamento Finanças e Tributação processará a emenda impositiva individual ou de bancada e sobre elas emitirá parecer.

§ 1º O vereador ou a bancada que desejar apresentar emenda impositiva deverá manifestar esta intenção, à Comissão de Orçamento e Finanças Públicas, no prazo indicado na agenda de instrução, para efeitos de distribuição equitativa dos seguintes percentuais:

- I - um vírgula dois por cento da receita corrente líquida, entre os inscritos, no caso de emenda individual;

II – um por cento da receita corrente líquida, entre as bancadas inscritas, no caso de emenda de bancada.

§ 2º A distribuição do percentual constante do inciso II do 1º respeitará a proporcionalidade partidária.

§ 3º Para cada emenda de vereador ou de bancada, a Comissão de Orçamento Finanças e Tributação emitirá parecer sobre a sua viabilidade, em até cinco dias antes do término do prazo para a apresentação das emendas, conforme o § 1º deste artigo.

§ 4º A apreciação de emenda e sua viabilidade, inclusive quanto à indicação de recursos orçamentários como fonte, será efetuado de acordo com a ordem de apresentação por vereador ou bancada.

§ 5º A decisão da Comissão de Orçamento Finanças e Tributação, sobre a emenda impositiva, será fundamentada e, sendo rejeitada, por ausência de elementos essenciais, será arquivada.

§ 6º A emenda rejeitada, com a respectiva decisão, será publicada separadamente da emenda aceita.

§ 7º Se não houver emenda, o projeto de lei do orçamento anual será incluído na Ordem do Dia da primeira Sessão Plenária subsequente ao término do prazo de apresentação de emenda.

§ 8º Havendo emenda, o projeto será incluído na Ordem do Dia da primeira Sessão Plenária subsequente à publicação do parecer da Comissão de Orçamento Finanças e Tributação.

### **Subseção V**

#### **Da Discussão e da Votação**

Art. 143H. A Ordem do Dia da Sessão Plenária de deliberação do projeto de lei do orçamento anual será reservada para sua discussão e votação.

Parágrafo único. O Presidente da Câmara, na Sessão Plenária de que trata este artigo, poderá, em acordo com os líderes, reduzir o Expediente e dispensar a Explicação Pessoal.

Art. 143I. Na Ordem do Dia da Sessão de deliberação do projeto de lei do orçamento anual, serão observados os seguintes procedimentos:

- I – discussão de emendas, uma a uma, e depois o Projeto;
- II - não se concederá vista de parecer, do projeto ou de emenda;
- III - terão preferência, na Discussão, o relator da Comissão de Orçamento e Finanças Públicas e os autores das emendas;
- IV – votação de emendas, uma a uma, e depois o projeto.

§ 1º O projeto de lei do orçamento anual, bem como suas emendas, será Discutido e Votado em turno único.

§ 2º A Ordem do Dia, no caso deste artigo, poderá ser prorrogada, pelo Presidente da Câmara, até o encerramento votação.

Art. 143J. Se não apreciado, pela Câmara, nos prazos legais previstos, o projeto de lei do orçamento anual será automaticamente incluído na Ordem do Dia, sobrestando-se à deliberação das demais matérias, até que seja finalizada a sua votação.

Art. 143K. A Câmara Municipal poderá, se necessário, permanecer em sessão legislativa extraordinária até que a deliberação do projeto de lei do orçamento anual seja finalizada.

Parágrafo único. No caso do projeto de lei das diretrizes orçamentárias, a Câmara Municipal não entrará em recesso até que seja finalizada a sua deliberação.

Art. 143L. O projeto de lei do orçamento anual, depois de aprovado e elaborada a sua redação final, será enviado, em autógrafo, para o Poder Executivo, não podendo ser alterado em sua forma e conteúdo, ressalvados os casos de correção de erros verificados exclusivamente no processamento das proposições apresentadas e formalmente autorizados, em Sessão Plenária, por proposta da Comissão de Orçamento Finanças e Tributação, justificando-se cada caso.

Art. 143M. Em caso de impedimento de ordem técnica de emenda impositiva apresentada por Vereador no último ano da legislatura e que não tenha o autor se reelegido ou não faça parte da composição da Câmara por motivações legais, será consultado sobre a indicação para remanejamento por sua bancada ou pela Mesa Diretora.

## **Seção II**

### **Da Fiscalização Orçamentária**

Art. 143N. A Comissão de Orçamento Finanças e Tributação, nos termos do que dispõe os incisos I e II do § 1º do art. 166 da Constituição Federal, exercerá o acompanhamento e a fiscalização orçamentária.

Parágrafo único. O acompanhamento de que trata este artigo deverá ser efetivado nas leis do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual do município.

Art. 143O. O acompanhamento da execução orçamentária deve considerar a efetivação do planejamento realizado, no que se refere:

- I – ao atendimento dos princípios e normas constitucionais da receita e da despesa;
- II – ao cumprimento de programas e de ações de governo, seus custos e a evolução dos indicadores de desempenho;
- III – ao atendimento de regras editadas pela Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 143P. Compete à Comissão de Orçamento Finanças e Tributação, em relação ao acompanhamento da execução de orçamentos:

- I - sistematizar todas as irregularidades e fatos relevantes verificados;
- II - promover os atos e as diligências que se fizerem necessários para a apuração de irregularidades ou para obtenção de esclarecimentos, como forma de fiscalização neste Regimento e na Lei Orgânica Municipal.
- III – informar as demais comissões da Câmara sobre as irregularidades ou fatos que julgar relevantes, relativos aos assuntos específicos de cada comissão.

Art. 143Q. A Comissão de Orçamento Finanças e Tributação, diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados, ou de subsídios não aprovados, poderá solicitar, ao Poder Executivo, que preste os esclarecimentos necessários.

§ 1º Não prestados os esclarecimentos, ou considerados estes insuficientes, a Comissão de Orçamento Finanças e Tributação, por meio da presidência da Câmara Municipal, poderá solicitar ao Tribunal de Contas do Estado pronunciamento conclusivo sobre a matéria.

§ 2º Entendendo o Tribunal de Contas do Estado ser irregular a despesa, a Comissão de Orçamento Finanças e Tributação, se julgar que o gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, proporá ao Plenário sua sustação.”

Art. 6º Acrescenta no Regimento Interno o Capítulo IV, que dispõe sobre a Ouvidoria Legislativa, com os arts. 170-A e 170-B, com as seguintes redações:

“CAPÍTULO IV  
DA OUVIDORIA PARLAMENTAR

Art. 170A. A Ouvidoria Parlamentar é o órgão da Câmara Municipal responsável por:

I - receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes as reclamações ou representações de pessoas físicas ou jurídicas sobre:

- a) violação ou qualquer forma de discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;
- b) ilegalidades ou abuso de poder;
- c) mau funcionamento dos serviços legislativos e administrativos da Casa.

II - propor medidas para sanar as violações, as ilegalidades e os abusos constatados;

III – propor, à Mesa Diretora, a partir de reclamações e representações que chegam na Câmara:

- a) medidas necessárias à regularidade dos serviços internos;
- b) indicar inovações e melhorias que possam agregar qualidade aos processos internos;

c) propor a abertura de sindicância ou de processo disciplinar administrativo destinado a apurar irregularidades funcionais ou operacionais;

IV - encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado, ao Ministério Público ou a outro órgão competente as denúncias recebidas que necessitem de investigação;

V - responder aos cidadãos e às entidades quanto às providências tomadas pela Câmara Municipal sobre os assuntos institucionais de seu interesse;

VI - realizar audiências públicas com segmentos da comunidade, a fim de discutir a ampliação da qualidade do serviço prestado pela Câmara Municipal, bem como sua atuação como Poder Legislativo;

VII – encaminhar ao controle interno da Câmara Municipal, com ciência à Mesa Diretora, situações funcionais que necessitem de melhoria, ajuste ou retificação de procedimentos, a partir de situações trazidas por cidadão.

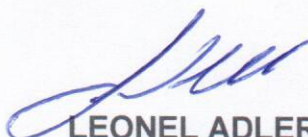
Parágrafo único. A Ouvidoria Parlamentar reunir-se-á ordinariamente com a Mesa Diretora, na primeira terça-feira de cada mês, às dezessete horas, para expor, deliberar e diligenciar os assuntos de sua competência.

Art. 170B. A Ouvidoria Parlamentar é composta de um Ouvidor Geral designado, dentre os Vereadores, pelo Presidente da Câmara, a cada dois anos, no início da primeira e da terceira Sessão Legislativa, vedada a recondução para o período subsequente.

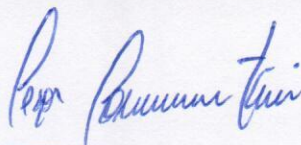
Parágrafo único. Toda iniciativa provocada ou implementada pela Ouvidoria Parlamentar terá ampla divulgação, inclusive por meios eletrônicos.”

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

**SALA DO PLENÁRIO, EM 16 DE AGOSTO DE 2021.**



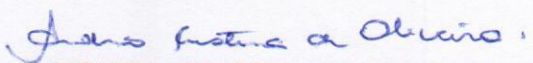
**LEONEL ADLER,**  
Presidente



**CEZAR FORMENTINI**  
Secretário



**VILSON ALTMANN**  
Vice-presidente



**ANDREA CRISTINA DE OLIVEIRA**  
Segunda secretária